



A PESQUISA COMO CRIAÇÃO DE MUNDOS:

20 anos do PPGPSI/UFRGS na construção
da Psicologia Social

ORGANIZAÇÃO

Fernanda Amador, Simone Paulon, Vanessa Maurenente e Carolina dos Reis

A PESQUISA COMO CRIAÇÃO DE MUNDOS:

20 anos do PPGPSI/UFRGS na construção
da Psicologia Social

ORGANIZAÇÃO

Fernanda Amador, Simone Paulon,
Vanessa Maurenre e Carolina dos Reis



ABRAPSO EDITORA

Florianópolis - 2023

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

A pesquisa como criação de mundos [livro eletrônico] : 20 anos do PPGPSI/UFRGS na construção da psicologia social / organização Fernanda Amador...[et al.]. -- Florianópolis, SC : ABRAPSO Editora, 2023. PDF

Vários autores.
Outros organizadoras: Simone Paulon, Vanessa Maurenente, Carolina dos Reis.
Bibliografia.
ISBN 978-65-88473-23-8

1. Ensino superior (Pós-graduação) 2. Pesquisa científica 3. Psicologia social I. Amador, Fernanda. II. Paulon, Simone. III. Maurenente, Vanessa. IV. Reis, Carolina dos.

23-168143

CDD-302

Índices para catálogo sistemático:

1. Psicologia social 302

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Projeto gráfico e design de capa: Arnaldo Bublitz
Arte da capa: Vento não se captura, é sentido.
por Zeca Amaral (ezequiel_candidoamaral@hotmail.com)

SuL - SUBJETIVIDADES E SABERES ANTICOLONIAIS

Rosane Azevedo Neves da Silva | Ademiél Sant'Anna Júnior | Caroline Rodrigues Ferreira
Dinaê Espíndola Martins | Gláucia Maria Dias Fontoura | Paula Santos Flores
Raquel de Oliveira Guerreiro | Rejane Paféj Kanhgág | Renata Flores Trepte
Simone Alves de Almeida | Tiago Rodrigues da Costa

Experimentamos um esgotamento do mundo que nos força a pensar diferentemente do que se pensava até então. A pandemia escancarou uma crise permanente, na qual já estávamos imersos, exacerbando desigualdades e injustiças e movimentando as placas tectônicas onde os fundamentos das nossas epistemes se assentavam. Como cartografar essa experiência contemporânea de um esgotamento não só da natureza, mas dos modos de ser e habitar o mundo? Que reverberações esse esgotamento produz no campo da psicologia social contemporânea? Como operar com as ferramentas da crítica e da diferença para agir nos tempos extremos e inimagináveis que experimentamos?

A aposta desse coletivo de pesquisa que nomeamos SuL passa pela afirmação de um *ethos* anticolonial que toma o SuL como lugar epistêmico e existencial (Santos & Meneses, 2009). Esse lugar não remete a uma localização geográfica ou coordenada espacial, mas a um plano intensivo que acolhe a radical diferença do mundo. A diferença sempre foi aniquilada pelo projeto moderno/colonial cujas narrativas produzem uma violência epistêmica e ontológica que se expressa na desqualificação dos saberes originários e na desumanização daqueles que não correspondem ao espelho do colonizador.

Romper com as colonialidades do saber, do poder e do ser consiste em produzir um deslocamento na direção de outros modos de conhecer e habitar o mundo, desmontando as engrenagens do projeto moderno/colonial.

A seguir, compartilhamos as recentes experimentações desse coletivo de pesquisantes.

SuL - SUBJETIVIDADES E SABERES ANTICOLONIAIS

Não nos reconhecemos por temática ou autores-mestres de referência, não formamos um coletivo que pesquisa o mesmo objeto ou tem como coincidência

um campo problemático. No coração da nossa comuna, procuramos operar em uma perspectiva ético-política da produção de conhecimento e apostar na problematização como método de pesquisa. Entendemos como nosso comum a diferença, a afirmação do múltiplo como estratégia de produção de novos modos de conhecer e habitar o mundo; e como não basta dizer “Viva o múltiplo”, pois o desafio é produzi-lo, nos propomos ao exercício conjunto da produção de um ato de pesquisar não como algo em comum, mas em comuna.

Declarar a comuna é, a cada vez, fazer o tempo histórico perder as estribeiras, abrir brechas no *continuum* desesperante das submissões, no encaideamento sem razão dos dias, na triste luta de cada um por sua própria sobrevivência. Declarar a Comuna é consentir em se ligar. Nada mais será como antes. (Comitê Invisível, 2016, p. 239)

Pesquisas se atravessam e incidem na ruptura do desejo colonial por meio de diferentes entradas e saídas. Procuramos também dar corpo à comuna: que seu coração

seja aquilo que lhe escapa, aquilo que a atravessa, algo que ela jamais pode se apropriar. As coisas comuns eram o oceano, a atmosfera, os templos, aquilo que ninguém pode se apropriar enquanto tal; podem monopolizar alguns litros de água do mar, uma parcela da costa ou as pedras do templo, mas não o mar enquanto tal, não o sagrado. (Comitê Invisível, 2016, p. 245)

Somos uma comuna de pesquisantes que toma o *corpus* teórico e conceitual da decolonialidade como estratégia para afirmar subjetividades e saberes que rompem com a colonialidade inerente aos processos de subjetivação e de produção de conhecimento forjados numa lógica capitalística. De acordo com Maldonado-Torres (2020), a colonialidade ou modernidade/colonialidade emerge com a invasão do Novo Mundo e com as formas de escravização que ergueram e sustentaram os territórios coloniais. Trata-se de uma racionalidade global de desumanização que opera para além dos períodos históricos de colonização. Mesmo com a independência das colônias, o pensamento e as práticas coloniais continuam vigentes. Na direção contrária a isso, a decolonialidade se coloca como uma luta de enfrentamento à “lógica da colonialidade e seus efeitos materiais, epistêmicos e simbólicos” (Maldonado-Torres, 2020, p. 36), na busca de uma saída por meio da afirmação de mundos para além daquele dito “civilizado” que a modernidade instituiu.

O giro decolonial implica uma atitude crítica frente aos saberes, poderes e modos de ser impostos pela colonialidade que conduziram ao apagamento de outros modos de conhecer e de habitar o mundo. Cabe salientar que movimen-

tos de resistência e luta anticolonial contra esse sistema de dominação sempre existiram e atualmente tensionam os saberes coloniais nos modos de produção de conhecimento, sobretudo nos espaços acadêmicos.

Para romper com essa engrenagem colonial, é preciso compreender os dispositivos que a movem. O dispositivo da racialidade (Carneiro, 2005) é estruturante da colonialidade e opera naturalizando uma suposta supremacia de um grupo social em relação a outros, forjando e mantendo relações profundamente assimétricas, discriminatórias e desiguais. Tal dispositivo invisibiliza a racialização do colonizador, de forma que a subjetividade e o saber colonial não se reconhecem como produções hegemonicamente brancas. Nessa direção, Grada Kilomba (2019) indica que a branquitude é uma identidade dependente, que se afirma por meio da negação do que ela chama de outra/o. A discriminação institui uma diferenciação hierarquizada, que inclui no lugar de outra/os aqueles que desviam da normatividade colonial. O silêncio sobre os lugares e práticas da branquitude acaba por legitimar a supremacia branca nas dimensões econômica, política e social (Bento, 2014), se denominando referência e outrificando as demais subjetividades.

Para Frantz Fanon (2008), homens e mulheres negras são colocados na “zona do não ser”, expressando uma concepção universal de ser humano que é destinada apenas aos brancos. O racismo será o alicerce desse sistema hierárquico que reparte a humanidade entre inferiores e superiores através de algumas marcas. No caso brasileiro, essa marca está estabelecida pela cor da pele. Portanto, reconhecemos que a sociabilidade brasileira tem no racismo sua base estrutural (Passos, 2020, p. 117).

Além da racialidade, a máquina colonial também se organiza em torno de questões de gênero, classe, sexualidade, deficiência e outros marcadores sociais da diferença. O sistema estrutural de vantagens e privilégios é atravessado por esses marcadores que, na intersecção com a raça, constituem processos discriminatórios de determinados corpos em relação ao corpo colonizador. Assim, a ruptura com a colonialidade é indissociável de uma crítica à branquitude intrínseca a essa engrenagem colonial que mantém em sua operacionalização um sistema de vantagens e privilégios estruturais em relação a corpos não-brancos. Tal engrenagem é sustentada pelo pacto narcísico da branquitude, que nega a responsabilização das pessoas brancas na produção do racismo, mantendo as desigualdades raciais tais como colocadas historicamente em nossa sociedade (Bento, 2002).

Para romper com essa maquinaria que habita a subjetividade e os saberes coloniais, é preciso fazer um deslocamento que movimente outras produções de sentido, tomando a problematização como método e atualizando a função da crítica como operador metodológico, que expressa tanto a ideia de limite, de virada - no sentido de um ponto crítico que permite encontrar o problema -, quanto uma atitude, um *ethos*, um modo de fazer pesquisa que busca ultrapassar todo tipo de reducionismo inerente à colonialidade da relação poder-saber-ser.

REINVENTAR A PSICOLOGIA SOCIAL A PARTIR DE UM *ETHOS* ANTICOLONIAL

Desde sua emergência, a Psicologia, assim como outras tantas áreas de conhecimento, forma parte da maquinaria colonial que se impôs sobre os saberes e as práticas ancestrais das populações nativas da América Latina e da população africana para cá trazida e escravizada. A maquinaria colonial sempre esteve voltada ao aniquilamento dos saberes desses povos em nome de um modelo único de humanidade baseado no que se pretendia como “civilização ocidental”. Diante da violência colonial, civilizações inteiras - línguas, saberes, mundos - desapareceram. Essa violência traça uma linha abissal e invisível, que anula as formas de conhecimento e os modos de existência nos territórios coloniais, legitimando apenas as supostas verdades impostas pela modernidade ocidental (Santos, 2007).

Romper com a colonialidade passa, necessariamente, pela afirmação de outros saberes e modos de existência. Qual seria a contribuição da psicologia social para a ruptura dessa linha abissal que não cessa de produzir violência? Procurando movimentar essa pergunta, sem a pretensão de respondê-la, problematizamos aqui o conceito de diferença. Na matriz eurocêntrica, a diferença é tomada sempre em relação a alguma coisa que é considerada como centro ou modelo de referência, colocando aqueles saberes e modos de existência que diferem da “norma” em uma posição de subalternidade.

Compreendemos que precisamos descentralizar qualquer modelo e pensar a pluralidade de modos de existência diferentes entre si e não diferentes em relação a um determinado mundo tido como universal. Para cada mundo, o que é centro é o seu próprio mundo, como pode ser visto a partir da noção de perspectivismo ameríndio, concepção segundo a qual o mundo é habitado por humanos e não humanos que o compreendem a partir de perspectivas distintas (Castro, 1996). Assim, os povos ameríndios não formulam: “vamos fazer diferente dos brancos!”, seria absurdo supor que eles possam pensar desse modo, como se não tivessem sua própria perspectiva. Eles são a própria diferença. Esses mundos não estão à margem, pois eles são inteiros em si mesmos, inclusive quando empurrados para outros cantos, tendo seus territórios devorados por aqueles que se consideram o centro.

Acreditamos que tal debate pode abrir novos sentidos para pensar, inclusive, o que seja romper com um determinado modelo: se queremos inventar novos mundos, é importante conhecer alguns milhares de outros que já existem e que a colonialidade tenta apagar. Trata-se, portanto, de des-cobrir o que o projeto colonial escondeu antes de querer inventar a roda da diferença como se ela já não existisse.

Propomos, então, uma atualização da noção de diferença no contexto da psicologia social, tomando a diferença não mais como um desvio da norma baseada numa ficção colonial eurocêntrica, mas como condição da existência dos vários

mundos que coabitam o cosmos. Daí a urgência de se afirmar uma psicologia social decolonial para demarcar uma oposição ao colonial-universal, tomando a diferença como algo inerente à produção dos vários mundos que nos circundam, rompendo com a pretensão de universalidade engendrada pela colonialidade. O modelo civilizatório ocidental é *uma* cosmovisão, *um* modelo e não *o* modelo. ‘Tudo é cultura, tudo é natureza, tudo é diferença’.

O que insiste em se fazer urgente para a psicologia social contemporânea é operar esse descentramento e trazer diferentes modos de conhecer, diferentes epistemes, ao invés de apenas reconhecer a existência de outros mundos sem renunciar à mesma base eurocêntrica.

É preciso mergulhar na experiência radical da diferença que habita o mundo, produzindo desestabilizações nos objetos e métodos que, até então, marcaram esse campo de conhecimento. Talvez essa seja a tarefa improrrogável da psicologia social na atualidade: não apenas reconhecer a diferença, mas habitá-la, rompendo com o antropocentrismo em torno do qual gravita o pensamento acadêmico-colonial.

Pode a Psicologia ir além do antropocentrismo e considerar, por exemplo, que há subjetividade nas montanhas, nos rios, nas árvores, em tudo o que é vivo e não somente no humano do projeto colonial? É possível à Psicologia produzir esse descentramento e admitir um animismo que transita pelos diferentes mundos humanos e não-humanos, traçando espaços de coexistência e afirmando políticas de coengendramento na construção de outras práticas e saberes psi?

Se nos apresentamos como comuna e não como grupo, é porque tomamos a comuna como espaço de subversão do conhecimento e de produção de diferença nos modos de pesquisar e inventar formas de desmontagem da colonialidade que insiste em se atualizar de diferentes maneiras. Se afirmamos uma posição anti-colonial, é porque acreditamos que a desmontagem se faz minando as supostas hegemonias com sopros de outros possíveis: afirmar-se anticolonial é um *ethos*, uma postura contra todo tipo de opressão, contra tudo aquilo que despotencializa formas de existência. Se repensamos e re colocamos palavras é porque nos colocamos em movimento. Nos vemos como pesquisantes e não como pesquisadores, pois embarcamos juntos no movimento de ir à procura da “terceira margem do pensamento” que, tal qual a terceira margem do rio de Guimarães Rosa, é aquilo que não se vê, que não se toca e que não se conhece sem correr o risco da experiência.

Para nos arriscarmos por essa terceira margem do pensamento é preciso compartilhar experimentações sobre a produção de outras embarcações, outros saberes e experiências. Como esse dispositivo anticolonial ativa questões e problematizações no campo de pesquisa? Esta tem sido a pergunta que vem movimentando nossas indagações e nos convoca para um lugar que exige desfazer, repensar e reagir à colonialidade e suas capturas, que não cessam de se atualizar e se multiplicar no contemporâneo.

REFERÊNCIAS

- Bento, Maria Aparecida** (2002). *Pactos narcísicos no racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público* [Tese de Doutorado em Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP].
- Bento, Maria Aparecida** (2014). Branqueamento e branquitude no Brasil. In I. Carone & Maria Aparecida S. Bento (Orgs.), *Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* (pp. 25-75). Vozes.
- Carneiro, Sueli** (2005). *A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser* [Tese de Doutorado em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP].
- Castro, Eduardo Viveiros** (1996). Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Mana* (Rio de Janeiro), 2(2), 115-144. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131996000200005&lng=en&nrm=iso
- Comitê Invisível** (2016). *Aos nossos amigos: crise e insurreição*. N-1 edições.
- Fanon, Frantz** (2008). *Peles negras, máscaras brancas*. EDUFBA.
- Kilomba, Grada** (2019). *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Cobogó.
- Maldonado-Torres, Nelson** (2020). Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In J. Bernardino-Costa, N. Maldonado-Torres, & R. Grosfoguel (Orgs.), *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico* (pp. 27-53). Autêntica.
- Passos, Rachel Gouveia** (2020). Mulheres negras, sofrimento e cuidado colonial. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, 18(45), 77-92.
- Santos, Boaventura de Sousa** (2007). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos estudos - CEBRAP*, 79, 71-94.
- Santos, Boaventura de Sousa & Meneses, Maria Paula** (Orgs.). (2009). *Epistemologias do Sul*. Almedina.